

EFETIVO, SAÚDE, SEGURANÇA E AUMENTO REAL

72 ANOS DE PETROBRÁS: PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA REALIZAM ATOS EM DEFESA DE ACT DIGNO

No dia 03 de outubro, as bases petroleiras de todo o país amanheceram mobilizadas em defesa de um Acordo Coletivo de Trabalho digno e por melhores condições de vida e trabalho. O dia nacional de luta, organizado pela FNP e pela FUP, marcou os 72 anos da Petrobrás.

No Litoral Paulista, trabalhadoras e trabalhadores da UTE-EZR, RPBC e Pilões (em Cubatão), do Terminal da Alemoa (em Santos), da UTGCA (em Caraguatuba), do Tebar (em São Sebastião), das plataformas PMXL, P-66 e P-69 e do Edisa Valongo (em Santos) se uniram ao movimento.

Sob a falácia de “corte de gastos”, a atual postura da gestão da Petrobrás tem sido de enrolação, com justificativas frágeis para propostas rebaixadas e poucos avanços. Contudo, os números oficiais mostram outra realidade: a companhia registrou lucro líquido de US\$ 10,7 bilhões no primeiro semestre de 2025, um



crescimento de 140% em relação ao mesmo período de 2024 (US\$ 4,5 bi). Esse resultado colocou a Petrobrás em 3º lugar no ranking mundial de petroleiras — a melhor colocação desde 2020, quando alcançou a 2ª posição.

Ao longo do dia, a categoria mostrou disposição para enfrentar os ataques da gestão da Petrobrás e reforçou a pauta de reivindicações, que inclui reposição das perdas salariais, valorização da força de trabalho, recomposição de efetivo, melhores condições de trabalho, fim do banco de horas nas áreas operacionais e um ACT de um ano, capaz de resguardar di-

reitos diante das incertezas do próximo período.

Durante as manifestações, o Sindipetro-LP também destacou o compromisso com a saúde e segurança, lembrando que o combate à exposição ao benzeno segue como prioridade. A retomada da Comissão Nacional do Benzeno, a defesa do VRT (Valor de Referência Tecnológico) e a exigência de PPPs e ASOs corretos nas unidades da RPBC, UTGCA, Alemoa, Pilões e TEBAR foram apontados como conquistas que só avançam com mobilização e pressão coletiva.

As mobilizações também ecoaram nas demais bases da FNP. No Rio de Janeiro, o Sindipetro-RJ promoveu

uma agenda intensa desde as primeiras horas da manhã, com atos no TABG, CENPES e na sede da Transpetro, culminando em um grande ato unificado em frente ao Edisen. Já em Alagoas e Sergipe, a categoria se concentrou no Ediser, enquanto no Pará o Sindipetro Amazônia convocou um ato na sede histórica do sindicato, em Belém.

Além das reivindicações por direitos e aumento real, o Sindipetro-LP expressou solidariedade internacional diante da ofensiva de Israel contra Gaza e da apreensão da flotilha humanitária que levava ajuda à região, com brasileiros entre os detidos. A luta por um ACT digno e pela vida segura no trabalho se somou à luta pela paz e contra o genocídio do povo palestino.

As mobilizações se estenderam durante todo o dia com um mesmo grito ecoando nas bases: por um ACT justo, por condições dignas de trabalho e pela paz em Gaza!

SINDIPETRO-LP ORIENTA: DESEMBARQUE ANTECIPADO E DESCONTOS NO BANCO DE HORAS SÃO ASSÉDIO MORAL!

A recente declaração da presidente da Petrobrás, Magda Chambriard, sobre a necessidade de “apertar os cintos” e promover um “controle geral de custos/gastos” em um cenário de baixa nos preços do petróleo, acende um alerta grave. Esse discurso de corte pode impactar diretamente a segurança das plantas industriais e a vida da força de trabalho, principalmente dos petroleiros e petroleiras embarcados.

Quem vive no regime de embarque já sabe: atrasos de voos, mudanças repentinas de escala, pressões para desembarcar antes do previsto e descumprimento do ACT se tornaram rotina. Essa desorganização da Petrobrás não é mero detalhe logístico. É violação de direitos e ataque direto à dignidade da categoria, tudo para atender ao “apertem os cintos” da gestão.

Onde a gestão ataca

Paradas de manutenção: utilização de trabalhadores

sem experiência e sem treinamento específico na unidade, apenas para reduzir banco de horas e evitar horas extras. Isso aumenta o risco e cria condições inseguras.

- Cancelamentos de embarques extras: petroleiros e petroleiras convocados previamente têm viagens canceladas sem que a empresa arque com os custos.

Quando interessa, a força de trabalho é essencial; quando há prejuízo, a gestão se omite.

- Atrasos e cortes de voos: falta de aeronaves, falhas constantes e ausência de estações meteorológicas transformam a rotina em um caos permanente.

- Desrespeito às mulheres embarcadas: falta de camarotes adequados compromete o descanso das trabalhadoras, que acabam dividindo espaços sem respeitar suas jornadas.

- Desembarque antecipado para desconto em banco de horas: decisão unilateral, ilegal e já combatida na Justiça. O Sindipetro-LP tem Ação

Civil Pública vitoriosa em 2ª instância, com apoio do Ministério Público, que obriga a Petrobrás a negociar qualquer alteração de escala com sindicatos e trabalhadores. A cláusula 27 do ACT também é clara: desembarques não podem ser alterados sem anuência sindical. É o retorno do caos aéreo!

Orientação do Sindicato

O Sindipetro-LP reforça: cada petroleiro e petroleira tem contrato de trabalho assinado com a Petrobrás, que deve pagar salários havendo vaga a bordo ou não. Nenhum desembarque antecipado ou adiamento pode ser lançado no banco de horas sem o aceite do trabalhador ou trabalhadora. Quando isso acontece de forma unilateral, trata-se de assédio moral e será denunciado.

Se a gestão insistir em desembarque antecipado, mesmo verbalmente, a orientação é clara:

1. Enviar e-mail ao gestor imediato registrando se há Risco Grave e Iminente (RGI)

para a unidade, pessoas ou meio ambiente, exigindo correção antes do desembarque, como determina a cláusula 86 do ACT.

2. Caso a ordem seja mantida, registrar no e-mail a não autorização de descontos no banco de horas.

3. Apontar que a gestão está alterando o regime de trabalho sem consulta e aceite prévio das entidades sindicais, conforme cláusula 27 do ACT.

ACT e a pauta dos trabalhadores embarcados

Enquanto a gestão impõe desrespeito e insegurança, os embarcados seguem firmes na negociação do ACT. Na Carta Unificada entregue pelos sindicatos à Petrobrás, há reivindicações históricas que não podem mais ser ignoradas. A Petrobrás não pode continuar tratando os trabalhadores como peças descartáveis, mudando escalas ao bel prazer e usando o banco de horas como instrumento de coerção.

PLR 2019 DA PETROBRÁS: EXECUÇÕES PROVISÓRIAS JÁ FORAM REALIZADAS PARA TODA A BASE DO SINDIPETRO-LP

O Sindipetro-LP informa que as execuções provisórias referentes à ação da PLR 2019 da Petrobrás já foram devidamente protocoladas na Justiça do Trabalho, abrangendo todos os trabalhadores e trabalhadoras representados pelo Sindicato, sejam

associados ou não associados.

O processo segue em conformidade com a decisão judicial que autorizou a execução em grupos de até 10 substituídos por ação, garantindo o direito da categoria de transformar o resultado jurídico em valores concretos.

Importante destacar que todas as execuções já foram feitas pelo escritório Coelho Advogados, responsável pelo acompanhamento da ação. Dessa forma, não há necessidade de habilitação individual nem de novos pedidos por par-

te dos petroleiros e petroleiras da base do Litoral Paulista.

Com essa etapa concluída, o Sindicato seguirá acompanhando o andamento das execuções junto à Justiça para que a categoria possa, o quanto antes, essa conquista coletiva.